COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fl.: _____
Ass.: _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO

101/2026

OBJETO

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS ODONTOLÓGICOS A SEREM UTILIZADOS NOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ POR INTERMÉDIO DE REGISTRO DE PREÇOS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/11/2026 às 13:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

Aberto e Fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110 serão EXCLUSIVOS para ME/EPP ou equivalente.

O item 17 será para AMPLA CONCORRÊNCIA, RESGUARDANDO O DIREITO DAS ME/EPP/EQUIPARADAS, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E ALTERAÇÕES, E AINDA, OBSERVANDO O DISPOSTO NO ART. 4º, § 2° DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021 (devendo apresentar declaração – modelo no anexo VI)

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Fl.: _____
Ass.: _____
PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2026
EDITAL Nº 247/2026

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Muriaé, com sede na Avenida Maestro Sansão, nº 236, bairro Centro, Muriaé-MG, inscrita no CNPJ sob o no 17.947.581/0001-76, por meio do Pregoeiro GILMAR MENDES CERQUEIRA JUNIOR e sua Equipe designada por Decreto Municipal nº 14.366/2026**,** torna público a abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2026, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026 por Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, com JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**,** regido pela Lei 14.133/2021 e suas alterações, Lei complementar 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº 5.446/2017 e suas alterações, Decretos Municipais nº 12.040, 12.041, 12.042, 12.043 e 12.044 de 16/06/2023, Decretos Municipais 12.333 e 12.335 de 10/11/2023, aplicação subsidiária da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022 e demais disposições aplicáveis, bem como os regulamentos pertinentes e pelas regras e condições estabelecidas neste Edital.

A) O Edital prevê o procedimento a ser observado pelo licitante em caso de dúvida de caráter técnico ou legal na interpretação de seus termos. A apresentação da proposta presume pleno conhecimento, entendimento e aceitação de todas as condições por parte da licitante e nos termos da lei, implica na sua aceitação automática, integral e irretratável, motivo por que, após este ato, a Administração não tomará conhecimento de qualquer reclamação da proponente, fundada em erro, omissão, obscuridade ou ilegalidade do Edital.

DATA E HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: **30/11/2026 às 13horas 00 minutos**
FIM DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: **30/11/2026 às 12horas 59 minutos**
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: Portal de Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br
MODO DE DISPUTA: **ABERTO E FECHADO**
JULGAMENTO: **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: Os licitantes deverão cadastrar proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos para início da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio.

Eventuais informações poderão ser obtidas pelo telefone: (32) 3696-3317 ou por e-mail: licitacao@muriae.mg.gov.br.

ÁREA SOLICITANTE

- ✓ Secretaria Municipal de Saúde

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

ANEXO I –Termo de Referência;
ANEXO II- Modelo de proposta;
ANEXO III –Termo de Adesão – BNC;
ANEXO IV – Custo pela utilização do sistema;
ANEXO V – Modelo de Declaração Unificada;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ANEXO VI – Modelo de Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2° DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.;
ANEXO VII – Minuta da Ata de Registro de Preços

1 - DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais e insumos odontológicos a serem utilizados nos Consultórios Odontológicos das Unidades de Saúde, no Município de Muriaé por intermédio de registro de preços.

1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.2 - Não poderão participar desta licitação os interessados:
2.2.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
2.2.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.2.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
2.2.4 - Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º e 14º da Lei nº 14.133/2021
2.2.5 - Que estejam sob falência, concurso de credores, ou em processo de dissolução ou liquidação;
2.2.6 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.

2.3 –O instrumento convocatório estará disponibilizado no endereço: **https://muriae.atende.net, www.bnc.org.br e também no site do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1.**
2.3.1 A publicação deste edital de licitação obedecerá ao disposto na Lei 14.133/2021 e suas alterações bem como às disposições contidas no Decreto Municipal nº 12.040/2023.

2.4 - As empresas e/ou representantes que obtiverem o instrumento convocatório via se obrigam a acompanhar as publicações no site da Prefeitura de Muriaé: **https://muriae.atende.net**, com vista a possíveis alterações e avisos.

3 - DA REPRESENTAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DO ENQUADRAMENTO "ME OU EPP"

3.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao Portal BNC - Bolsa Nacional de Compras, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para início da sessão, devendo assinalar em campo próprio do sistema o tipo de enquadramento.

3.2 - CADASTRAMENTO:

a) O cadastramento do licitante na Plataforma BNC deverá ser requerido, acompanhado do instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras **("Termo de Adesão" - ANEXO III);**
a.1) O Termo de Adesão é de uso exclusivo da plataforma BNC, para fins de cadastramento.
b) O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante participante do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao plano definido pela Bolsa Nacional de Compras e contratado pelo licitante, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras, **Anexo III.**
3.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, que deseja usufruir dos benefícios de regularização de documentação e /ou critério de desempate, além do preenchimento do item 07 da declaração constante no **Anexo V**, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema, conforme o seu regime de tributação, para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e alterações.

4 - DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME E CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

4.1 - O certame será conduzido pelo pregoeiro, com o auxílio de no mínimo 01 (um) integrante da equipe de apoio.

4.2 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear operador devidamente credenciado (sócio ou procurador através de instrumento de mandato), para representá-la junto ao portal da Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br

4.3 - A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta à BNC – Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.4 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.5 - A chave de identificação e a senha do operador poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

4.6 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.7 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica à responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

PARTICIPAÇÃO:

4.8 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da empresa licitante) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.9 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.10 - A proponente responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.11 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelo atendimento a fornecedores do Portal BNC através do telefone (42) 3026-4550 (WhatsApp) ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – O licitante interessado, após a divulgação deste Edital, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Pregão Eletrônico, a proposta comercial, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
5.1.1 – A empresa participante do certame não deve ser identificada.
a) No campo Marca/Modelo/Fabricação: A marca indicada a fornecer NÃO poderá identificar a empresa participante, ou seja, se for marca da participante, deverá preencher no campo marca, a expressão "PRÓPRIA".

5.2 - O envio da proposta, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
5.4.1. A empresa deverá apresentar declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 63, §1º da Lei 14.133. **(Modelo no ANEXO V da declaração unificada, no qual deverá ser apresentada junto com os documentos de Habilitação).**
5.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

5.8 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
6.1.1. Valor unitário;
6.1.2. Valor global;
6.1.3 – Marca e Modelo

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do 'objeto' licitado.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicado no Termo de Referência.

6.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
6.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCE

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item e ou do lote.
- O pregoeiro poderá realizar o fracionamento dos itens que seguirão para etapa de lances levando em consideração o número total de itens presentes na licitação, a fim de garantir uma melhor dinâmica ao certame, possibilitando que os licitantes consigam ofertar lances simultâneos em todos os itens.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
7.7.1 - O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (UM CENTAVO), nos termos do art. 57, da Lei 14.133 c/c art. 22, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022.

7.8 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto e fechado"**, conforme Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, de 30 de Setembro de 2022, que normatiza:

> *Art. 24. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do caput do art. 22, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.*
> *§ 1º Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.*
> *§ 2º Após a etapa de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.*
>
> *§ 3º No procedimento de que trata o § 2º, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.*
> *§ 4º Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no § 3º.*
> *§ 5º Encerrados os prazos estabelecidos nos §§ 2º e 4º, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no § 2º do art. 22.*

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

7.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11 - Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12 - Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação

7.13 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.14 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em casos de licitação de ampla competição, o pregoeiro adotará os seguintes critérios (subitens 7.15 ao 7.19):

7.15 - Se houver itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.16 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.17 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.21 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

7.22 – Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.22.1- Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 7.22.

> Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
> I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
> II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
> III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência
> IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
> § 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
> I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
> II - empresas brasileiras;
> III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
> IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
> § 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.23 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.24 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital.
7.24.1- Caso o lance vencedor esteja acima do valor médio ou inferior ao desconto definido para a contratação, o licitante será convocado para adequar sua proposta, devendo se manifestar no prazo de até 10 minutos, a contar da convocação, sobre a aceitação da negociação, sob pena de desclassificação.
7.24.1.1 - O prazo indicado no item acima poderá ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do licitante, desde que essa seja feita dentro do prazo de 10 minutos.

7.25 - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no § 2º do art. 22 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no item 7.22.

7.26 - Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

7.27 - Desde que previsto no edital ou termo de referência, o órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, mediante homologação de amostras, exame de conformidade e prova de conceito, entre outros testes de interesse da Administração, de modo a comprovar sua aderência às especificações definidas no termo de referência ou no projeto básico.
7.28 - Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 30, 33 e 34 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
8.1.1 Para todos os itens será exigido o registro do produto, ou Declaração de Isenção do Registro, ou o cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.
8.1.1.1 Caso seja necessária a avaliação de qualquer item constante deste Termo de Referência, poderá ser solicitada a apresentação de amostra, mediante diligência, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021. O mesmo requisito aplicar-se-á à apresentação de laudos técnicos, quando exigidos – o prazo de apresentação das amostras será de 5 dias corridos.
8.1.1.2 Para os itens 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 24 a 26, 33, 37 a 39, 41 a 48, 62 a 72, 78 a 81, 84, 85, 102, 103, 106 e 107, poderá ser solicitada a apresentação de catálogo, ficha técnica, folder ou documento oficial do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, contendo informações suficientes para a análise da conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas.
8.1.1.3 A documentação deverá permitir a identificação do fabricante, marca, modelo ou referência comercial, quando aplicável, bem como a verificação das características técnicas, composição, dimensões, compatibilidade, desempenho e demais requisitos pertinentes ao item.

8.1.2 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas do (s) produto (s) não atendam ao edital, o agente de contratação ou a comissão de contratação procederá com a desclassificação do licitante classificado em 1º lugar e analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das especificações exigidas e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
8.1.3 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.2 - No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

8.3- No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.4- No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

8.5-A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.4, só será considerada após diligência do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:
I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.6 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.7 - Sendo o licitante vencedor convocado, por meio de diligência, para comprovar a exequibilidade de sua proposta, esta poderá ser feita por meio de contratos, notas fiscais ou outro documento que entender ser hábil para tal comprovação, observado o disposto no item 8.5, podendo demonstrá-la, inclusive, por meio de simples declaração.
8.7.1 - O prazo para comprovação da exequibilidade da proposta será de 02 (DUAS) horas, prorrogável por igual período, desde que solicitado pelo licitante antes de findado o prazo.

8.8 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9 - Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10 - O pregoeiro ou a comissão de contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
8.11 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (se houver), sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 - Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta de que trata o art. 29 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, o pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9 do Edital.

9 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
9.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
9.1.2 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.2 - A prorrogação de que trata o item 9.1, poderá ocorrer nas seguintes situações:
I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou
II - de oficio, a critério do pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

9.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

9.3.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como seguros, responsabilidades e demais informações, vinculam a proponente.

9.4 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II da Lei nº 14.133/2021).
9.4.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.7 – Em se tratando de processo cujo julgamento seja MENOR PREÇO POR ITEM, poderá ser dispensada a apresentação do documento previsto no item 9.1, sendo nesses casos considerada como proposta reajustada o último lance do licitante registrado no sistema.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam nos itens 10.4 a 10.8 deste Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
10.1.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados ao fornecedor mais bem classificado na fase de lances, que deverá anexá-los na plataforma de disputa, no prazo máximo de 02 (duas) horas, após a solicitação a ser feita pelo pregoeiro ou pela Comissão de Contratação.
10.1.2- Os documentos de habilitação que contenham assinatura exigidos no edital deverão ser encaminhados *devidamente assinados* **(preferencialmente assinado de forma eletrônica ou autenticada de forma digital).**
10.1.3 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta? cadastro=1%2C2); e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2).
10.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992,
10.3.1 O artigo prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
10.3.1.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.
10.3.1.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
10.3.1.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

10.3.2 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

10.4 Habilitação jurídica:

10.4.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.2 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.4.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.4.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.4.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o Art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.4.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.4.9 Alvará sanitário, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com os arts. 2 e 51 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

10.5 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (Cartão CNPJ)

10.5.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos do domicílio ou sede da licitante.

10.5.5 Prova de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de certidão negativa de débito ou positiva com efeitos de negativa.

10.5.6 Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho – mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos, conforme o estabelecido na Lei Federal Nº 12.440 de 07 de julho de 2012.

10.5.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5.8 Em cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, declaração de que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; **modelo da Declaração Unificada (Anexo V).**

10.5.9 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do Inciso IV, Art. 63, Lei nº 14.133 de 2021; **modelo da Declaração Unificada (Anexo V).**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

10.6 Qualificação Técnica

10.6.1 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE): As empresas licitantes deverão apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme os arts. 50 a 52 da Lei Federal nº 6.360/1976 e a RDC/ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014, e suas alterações, observadas as hipóteses de dispensa previstas na legislação vigente.

10.7 Qualificação Econômico-Financeira.

10.7.1 - Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

10.8 Declarações

10.8.1-Declaração Unificada contendo:

a) Atendimento às Leis Municipais nºs 5.446/2017 e 5.524/2017;
b) Declaração de Inidoneidade;
c) Declaração de Habilitação;
d) Declaração de Cumprimento do Disposto no Inciso III do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Declaração De Não Utilização De Mão De Obra Infantil;
e) Declaração de Responsabilidade;
f) Declaração de que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e no Art. 9º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
g) Declaração de ME/EPP, acrescida do comprovante de enquadramento que poderá ser realizado das seguintes formas:
    a. Quando a empresa for optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal; ou
    b. Quando a empresa não for optante pelo Simples Nacional: prova através de documento expedido através da junta comercial (Certidão Simplificada de Micro Empresa).

Observação: A exigência constante na alínea g somente será necessária, caso a empresa licitante tiver assinalado o regime ME/EPP OU EQUIPARADA no sistema e for utilizar dos benefícios contidos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Arts. 43,44 e 45).

h) Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme determina art. 62, §3º da Lei 14.133/2021.
i) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, nos termos do §1º do art. 63, da Lei 14.133/2021.

10.8.2 - Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2° DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021. (ANEXO VI)

10.9 Habilitação complementar

10.9.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo sob as condições do Art. 64 da Lei nº 14.133 de 2021 e seus incisos;

10.9.2 Fica garantido o tratamento diferenciado às microempresas – ME, e empresas de pequeno porte – EPP, nos termos da LC123/2006.

10.10. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.11 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
10.12 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
10.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro ou Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
10.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
10.15 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
10.16 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
10.17 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
10.18 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
10.18.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações de atualizações fiscais para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
10.18.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
10.19 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
10.20 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
10.21 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
10.22 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
10.23 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
10.24 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
10.25 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
10.26- As certidões exigidas que não contiverem expresso o prazo de validade, não poderão ter data anterior a 180 (cento e oitenta) dias da data do recebimento das propostas.
10.27 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

11 – DOS RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor, observando o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, da ata de julgamento.
11.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
11.4 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
11.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
11.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
11.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
11.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1- O pregoeiro ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, observado o disposto no art. 55 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

12.2- A comissão de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do §1º do art.64 da Lei 14.133/2021.

12.3- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 12.1 e 12.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - O desembolso se fará mediante a rubrica da Dotação Orçamentária:

REDUZIDO	FONTE DE	DOTAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA

	RECURSO	
757	16000000099	02.006.0010.0301.0037.2411. 3339030100000000000 - 16000000099
803	16210000099	02.006.0010.0302.0040.2138. 3339030100000000000 - 16210000099

15 – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

15.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente licitação.

16 – DA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
16.2. A assinatura do presente documento será preferencialmente digital, podendo também a empresa convocada comparecer perante ao setor de Licitação PREFEITURA DE MURIAÉ - Avenida Maestro Sansão, nº 236, 3º andar, bairro Centro, Muriaé-MG, para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
16.2.1 - É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
16.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
16.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e no Diário Oficial do Município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
16.5 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ou prestação dos serviços nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
16.6 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, nos termos art.15, §3º, I do Decreto Municipal nº 12.335/2023.
16.7 A ARP deverá conter, dentre outras disposições, o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.
16.7.1. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.
16.8 Antes de formalizar Ata de Registro de Preços/Contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo., nos termos do §4º do artigo da Lei 14.133/2021.
16.9 A prefeitura, por meio da Secretaria requisitante se reserva no direito de rejeitar o produto fornecido, caso esteja em desacordo com as especificações constantes do Edital ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição imediatamente, sob pena de multa por atraso e/ou sua suspensão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

16.10 Da utilização da Ata de Registro de Preços (não participantes), sendo permitida a adesão, caso haja interesse, durante a sua vigência, exclusivamente pelo DEMSUR, FUNDARTE, MURIAEPREV e CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ.
16.10.1. A adesão à ARP deverá ser precedida de manifestação formal de interesse junto ao órgão ou à entidade gerenciadora do registro de preços que, no caso de deferimento, indicará os quantitativos disponíveis, respectivos preços e marcas a serem praticados e os detentores.
16.10.2 Caberá ao detentor da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do novo fornecimento ou da nova prestação do serviço, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
16.10.3 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP.
16.10.4 As aquisições a que se refere o item 16.10.3 não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

17 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
17.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
17.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
17.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
17.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
17.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17.3. A convocação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva se dará quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
17.3.1. quando o licitante vencedor for convocado e não assinar a ARP no prazo e condições estabelecidos, nos termos do art. 15 §3º, I do Decreto Municipal nº 12.335/2023; ou
17.3.2. for cancelado o registro de preços, total ou parcialmente, do detentor da ARP. nos termos do art. 15, §3º, II do Decreto Municipal nº 12.335/2023.
17.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização, na forma prevista no edital, poderá:
17.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
17.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18 – CONTRATO

18.1. A administração poderá transformar a Ata de Registro de Preços em Contrato, nos termos da lei.

19 – DAS OBRIGAÇÕES

19.1 - As obrigações são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

20 – DO PAGAMENTO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

20.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura (inclusive arquivo XML – Nota Fiscal Eletrônica) pela Contratada, que deverá corresponder aos produtos entregues e devidamente atestados pelo setor competente.
20.1.1 - O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela adjudicatária, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, número da conta e agência com a qual opera. A Prefeitura não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

20.2 - Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

20.3 - A cada pagamento efetuado pela Prefeitura de Muriaé, a adjudicatária deverá comprovar sua regularidade fiscal com o Sistema de Seguridade Social – INSS e FGTS. Tal comprovação será objeto de confirmação "ON-LINE", sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema. No caso de empresas estabelecidas no município de Muriaé, a adjudicatária deverá comprovar regularidade com o Município, através da apresentação da CND Municipal.

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 O fornecedor responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas as seguintes sanções, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa:
I - advertência;
II – multa;
a) compensatória;
b) de mora.
III – impedimento de licitar e contratar;
IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
21.1.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal 12.041/2023.
21.1.2 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 21.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, alínea "a" do item 21.1.
21.2 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
I – descumprimento de pequena relevância;
II – inexecução parcial de obrigação contratual.
21.3 A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:
I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:
a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia
contratual;
III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;
IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:
a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
g) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.
21.3.1 Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação, calculado conforme regulamento municipal.
21.4. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:
I – retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
II – descontado do valor da garantia prestada;
III – pago por meio de Documento de Arrecadação; ou
IV – cobrado judicialmente.
21.5. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período de até dois anos.
II - dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período de até três anos.
III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período de até dois meses.
IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato
superveniente devidamente justificado: Pena – impedimento pelo período de até quatro meses.
V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período de até quatro meses.
VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena – impedimento pelo período de até um ano.
21.6. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:
I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena – até quatro anos.
II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena – até seis anos.
III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena – até seis anos.
IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena – até cinco anos.
V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena – até seis anos.
21.6.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no art. 8º do Decreto Municipal 12.041/2023, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.
21.7. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.
21.8 O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.
21.8.1 Não se aplica a regra prevista no item 21.8 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

21.8.2 - O disposto no item 21.8 desse artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.
21.9 Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:
I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
II - as peculiaridades do caso concreto;
III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
IV - os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;
21.9.1 São circunstâncias agravantes:
I – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
II – o conluio entre fornecedores para a prática da infração;
III – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
IV – a reincidência.
V – a prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto no art. 11 do Decreto Municipal nº 12041/2023
21.9.2 Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.
21.9.3 Para efeito de reincidência:
I – considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
II - não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
III – não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.
21.9.4 São circunstâncias atenuantes:
I – a primariedade;
II - procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
III – reparar o dano antes do julgamento;
IV – confessar a autoria da infração.
21.9.5 Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

22 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame na plataforma BNC.
22.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
22.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão, obrigatoriamente, ser realizados por forma eletrônica, através de campo próprio na plataforma BNC.
22.3.1 Excepcionalmente serão aceitas impugnações ou pedidos de esclarecimento através do e-mail licitacao@muriae.mg.gov.br desde que devidamente comprovada a impossibilidade de ser feito através da plataforma BNC.
22.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
22.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
22.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do §1º do art. 55 da Lei 14.133/2021.

23 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

23.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão poderá ser remarcada, conforme comunicação a ser efetuada pelo Pregoeiro na plataforma eletrônica, site da Prefeitura de Muriaé e Diário Oficial.
23.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
23.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
23.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
23.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
23.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
23.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
23.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
23.10 O Edital e seus anexos serão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos endereços eletrônicos www.bnc.org.br e www.muriae.mg.gov.br e nos dias úteis (13:00 às 17:00 horas), no Setor de Licitação da Prefeitura de Muriaé.
23.11 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
23.12 A presente licitação poderá ser revogada em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, sendo anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem qualquer tipo de indenização.
23.13 Eventuais informações poderão ser obtidas pelo telefone 32 3696-3317 ou por e-mail: licitacao@muriae.mg.gov.br
23.14 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes de Decreto, Leis e portarias relacionadas com esta modalidade de licitação.
23.15 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o Foro da Comarca de Muriaé-MG, com exclusão de qualquer outro.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

Muriaé - MG, 10 de novembro de 2026

Assinado eletronicamente por:
LUIZA AGOSTINI DE ANDRADE
***.732.866-**
11/11/2026 14:02:43
Assinatura digital avançada.

Luiza Agostini de Andrade
Secretária Municipal de Saúde

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Unidade:06

Subunidade: 01

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Aquisição de materiais e insumos odontológicos a serem utilizados nos Consultórios Odontológicos das Unidades de Saúde, no Município de Muriaé por intermédio de registro de preços.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1) Tipo de licitação: Menor preço unitário, com **intervalo de lance** de R$ 0,01 (um) centavo.

2) Exclusividade/Benefício ME – Micro Empresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte (Art. 48, Lei complementar 123/2006): O dispositivo legal orienta a oferecer um tratamento diferenciado em benefício de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, devidamente respaldado no Estatuto Nacional da ME/EPP (Lei Complementar n.º 123/2006), que, com o advento da Lei Complementar n.º 147/2014, **transformou em obrigatórios determinados dispositivos de tal normativa que, até então, tinham incidência opcional**. Á vista disso é o art. 48 da LC n.º 123/2006, a seguir transcrito:

> *Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*
>
> ***I-Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);*
>
> ***III – Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte**. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014);*

Dessa forma, informo que a presente licitação será destinada a ampla concorrência, somente para o item 17.

Para os demais serão destinados a ME e EPP por se tratar de itens com valores inferiores a R$ 80.000,00 (oitenta mil).

3) Condição de Serviço/Bem comum: Bem comum.

4) Contato do responsável: (32) 3696-3337 – compras.saude@muriae.mg.gov.br

6) Modo de disputa: **Aberto e Fechado**

2. JUSTIFICATIVA

Devido aos itens fracassados na licitação passada, o município ainda necessita de abastecimento para o

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

devido funcionamento dos consultórios odontológicos. A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Muriaé exerce a gestão direta de aproximadamente 35 (trinta e cinco) Unidades Básicas de Saúde (UBS), todas elas dotadas de consultórios odontológicos destinados à prestação de serviços públicos de saúde bucal à população. A presente solicitação tem por escopo justificar a necessidade da aquisição de materiais odontológicos indispensáveis à continuidade e à manutenção das atividades clínicas desenvolvidas nas referidas unidades, garantindo a regularidade, a eficiência e a integralidade do atendimento prestado na Atenção Primária à Saúde.

A aquisição dos insumos ora pleiteada é imprescindível para assegurar a adequada operacionalização dos serviços odontológicos, promovendo, de forma efetiva, um atendimento de qualidade aos munícipes, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no que se refere à universalidade, integralidade e equidade do cuidado, conforme previsto no art. 198 da Constituição Federal de 1988.

A presente demanda encontra fundamento, ainda, na Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), instituída em 2003 e recentemente incorporada, de forma definitiva, à Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) por meio da Lei nº 14.572/2023. A mencionada política estabelece a saúde bucal como componente essencial da saúde geral e da qualidade de vida, promovendo ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e redução de danos, em um modelo de atenção integral.

No âmbito da rede municipal, destaca-se também o desenvolvimento do Programa de Saúde Bucal nas Escolas, realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, o qual contempla ações educativas e preventivas voltadas aos alunos da rede pública municipal, tais como palestras, escovação supervisionada, aplicação tópica de flúor, triagens clínicas e encaminhamentos para tratamento odontológico.

As unidades odontológicas da rede realizam, em média, 344 (trezentos e quarenta e quatro) atendimentos diários, abrangendo um amplo espectro de procedimentos clínicos, a saber: profilaxia, raspagem supra-gengival, restaurações diretas, acesso e tratamento endodôntico, exodontias simples e complexas (inclusive de terceiros molares), frenectomias, intervenções periodontais, remoção de suturas, diagnóstico estomatológico e atendimento especializado a pessoas com necessidades especiais (PNE).

Cumpre informar que parte significativa dos itens ora elencados se é composta por insumos de uso contínuo e imprescindível à rotina de atendimento das unidades

O planejamento ora apresentado abrange o período de 12 (doze) meses e visa à racionalização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, continuidade dos serviços públicos e legalidade, norteadores da Administração Pública, conforme preconiza o caput do art. 37 da Constituição Federal.

2.1 JUSTIFICATIVA ORÇAMENTO SIGILOSO

Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – "Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...",

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia melhores propostas para administração. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

Desta forma e por todo justificado anteriormente, o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo. Parte superior do formulário.
Parte inferior do formulário

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO COMO UM TODO, QUANTITATIVOS E VALOR

A Secretaria Municipal de Saúde de Muriaé tem o compromisso de garantir o funcionamento adequado de diversas unidades de saúde, incluindo aproximadamente 35 Unidades Básicas de Saúde (UBS), o

Essas aquisições visam garantir o bom funcionamento das unidades de saúde e a continuidade dos serviços prestados, especialmente após um período de ausência de aquisições durante o ano, o que gerou a necessidade de reposição e ampliação de diversos itens essenciais.

A solução escolhida para atender a essas necessidades foi a modalidade de registro de preços por meio de pregão eletrônico, que se mostrou a mais viável dentro das possibilidades legais e orçamentárias da Secretaria. Essa modalidade é adequada devido à flexibilidade que oferece, permitindo a aquisição escalonada dos bens conforme a disponibilidade orçamentária e a demanda do serviço, o que garante eficiência no processo de contratação. Além disso, o pregão eletrônico por sistema de registro de preços respeita as exigências legais e proporciona o melhor custo-benefício para o município.

Dentre as opções avaliadas, a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação foram descartadas, pois não atendiam aos requisitos legais ou às condições específicas do processo. A adesão a atas de registro de preços de terceiros também foi rejeitada devido à falta de tempo hábil e à ausência de economicidade para a administração, além da necessidade de um estudo prévio para verificar a existência de ata compatível.

Essa solução estratégica visa não apenas atender às necessidades emergenciais das unidades de saúde, mas também otimizar os processos de aquisição e garantir a continuidade do atendimento de qualidade à população. A modalidade de registro de preços assegura uma maior agilidade e flexibilidade na execução das compras, alinhando-se ao planejamento da Secretaria de Saúde e aos requisitos estabelecidos pelo ente estadual.

ITEM	QTD	UNID.	ESPECIFICAÇÃO
1.	120,00	UN	80 - AFASTADOR MINESOTA
2.	300,00	CX	35787 - ANESTÉSICO CLORIDATO DE PRILOCAÍNA A 3% COM FELIPRESINA CX COM 50 UNIDADES
3.	25,00	UN	711 - ARCO YONG METÁLICO ADULTO PARA ENDODONTIA
4.	800,00	UN	27375 - BROCA CARBIDE XXL 700
5.	500,00	UN	117729 - BROCA DIAMANTADA ALTA ROTAÇÃO N 3017.
6.	500,00	UN	32873 - BROCA PONTA DIAMANTADA FG 3083
7.	100,00	UN	15591 - CALCADOR ESPATULADO PARA RESINA ANTIADERENTE
8.	1.000,00	UN	22036 - FITA ADESIVA INDICADORA PARA AUTOCLAVE
9.	30,00	PCT	18173 - GESSO PEDRA ESPECIAL TIPO III PACOTE COM 1 KG
10.	100,00	CX	2661 - SUGADOR CIRURGICO DESCARTÁVEL COM 20 UNIDADES - SUGADOR EM PVC ATÓXICO, RÍGIDO, PONTEIRA FINA. ESTÉRIL, EMBALAGEM

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			INDIVIDUAL. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 20 UNIDADES
11.	5,00	UN	42494 - TENTACÂNULA - TAMANHO 14CM
12.	80,00	UN	122566 - ABRIDOR DE BOCA EM SILICONE. TAMANHO: P - ABRIDOR DE BOCA: Em silicone de grau médico, autoclavável, macio e resiliente. Formato anatômico com descanso de mordida. Registro na ANVISA. Tamanho: P
13.	80,00	UN	122567 - ABRIDOR DE BOCA: EM SILICONE .TAMANHO: G
14.	50,00	UN	122568 - ALGODÃO HEMOSTÁTICO OXIDADO ABSORVÍVEL - ALGODÃO HEMOSTÁTICO OXIDADO ABSORVÍVEL – Material hemostático à base de celulose oxidada, utilizado para controle de sangramentos em procedimentos cirúrgicos odontológicos e médicos. Biocompatível, absorvível pelo organismo, aplicado diretamente sobre o sítio cirúrgico. Embalagem individual estéril, 1 unidade por envelope, uso único.
15.	10,00	UN	50298 - ALICATE ODONTOLÓGICO PARA CORTE EM GESSO
16.	50,00	UN	122638 - ALVEOLÓTOMO CURVO
17.	720,00	CX	122641 - ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% COM FENILEFRINA - CAIXA COM 50 UNIDADES - ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% COM FENILEFRINA – CAIXA COM 50 UNIDADES
18.	100,00	EMB	122563 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 15 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM ALT SONIC - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
19.	500,00	UN	123433 - BROCA 702 CIRURGICA LONGA: HASTE EM AÇO INOX, PONTA EM TUNGSTÊNIO (CARBIDE), CORTE TRONCOCÔNICAS, ALTA ROTAÇÃO (FG), AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO NA ANVISA.
20.	200,00	UN	123453 - CINZEL OPENER PARA ART (TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO - ART) - INSTRUMENTAL ODONTOLÓGICO MANUAL INDICADO PARA ABERTURA DE CAVIDADES EM PROCEDIMENTOS DE TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART), PERMITINDO FRATURA CONTROLADA DO ESMALTE E ACESSO À DENTINA CARIADA. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, COM PONTA ATIVA CORTANTE EM FORMATO DE CINZEL, PROPORCIONANDO MAIOR EFICIÊNCIA NO CORTE. POSSUI CABO ANATÔMICO QUE FAVORECE FIRMEZA, PRECISÃO E SEGURANÇA DURANTE O USO.
21.	50,00	FR	123454 - CLOREXIDINA 2% PARA ENDODONTIA - FRASCO 1L - SOLUÇÃO ANTISSÉPTICA ESTÉRIL, UTILIZADA COMO IRRIGANTE E DESINFETANTE EM CANAIS RADICULARES DURANTE PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. PROMOVE AÇÃO ANTIMICROBIANA EFICAZ, CONTRIBUINDO PARA A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DO SISTEMA RADICULAR. FRASCO DE 1L, PRONTA PARA USO, ESTÉRIL, ACONDICIONADA PARA APLICAÇÃO CLÍNICA EM CONSULTÓRIOS

			ODONTOLÓGICOS.
22.	80,00	UN	52580 - COLETOR DE PERFURO CORTANTE 3 L
23.	20,00	UN	123457 - COMPACTADOR TÉRMICO MCSPADDEN - Nº 25 - INSTRUMENTO ENDODÔNTICO EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO ROTATÓRIO, DIÂMETRO Nº 25, UTILIZADO PARA CONDENSAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE GUTA-PERCHA AQUECIDA DURANTE OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES. AUTOCLAVÁVEL (PARTE METÁLICA), REUTILIZÁVEL, PROPORCIONA ADAPTAÇÃO UNIFORME DO MATERIAL OBTURADOR E CONTROLE PRECISO NO PROCEDIMENTO ENDODÔNTICO.
24.	20,00	UN	123458 - COMPACTADOR TÉRMICO MCSPADDEN - Nº 35 - INSTRUMENTO ENDODÔNTICO EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO ROTATÓRIO, DIÂMETRO Nº 25, UTILIZADO PARA CONDENSAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE GUTA-PERCHA AQUECIDA DURANTE OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES. AUTOCLAVÁVEL (PARTE METÁLICA), REUTILIZÁVEL, PROPORCIONA ADAPTAÇÃO UNIFORME DO MATERIAL OBTURADOR E CONTROLE PRECISO NO PROCEDIMENTO ENDODÔNTICO.
25.	20,00	UN	123459 - COMPACTADOR TÉRMICO MCSPADDEN - Nº 40 - INSTRUMENTO ENDODÔNTICO EM AÇO INOXIDÁVEL COM ACIONAMENTO ROTATÓRIO, DIÂMETRO Nº 25, UTILIZADO PARA CONDENSAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE GUTA-PERCHA AQUECIDA DURANTE OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES. AUTOCLAVÁVEL (PARTE METÁLICA), REUTILIZÁVEL, PROPORCIONA ADAPTAÇÃO UNIFORME DO MATERIAL OBTURADOR E CONTROLE PRECISO NO PROCEDIMENTO ENDODÔNTICO.
26.	60,00	UN	15551 - CONDENSADOR HOLLEMBACK N 06
27.	30,00	EMB	123460 - CONES DE GUTA-PERCHA - CALIBRE 29 - FINO (F) - 25MM CONES TERMOPLÁSTICOS DE GUTA-PERCHA ESTÉREIS, CALIBRE ISO 29, FORMATO FINO (F), COMPRIMENTO 25MM, UTILIZADOS PARA OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. COMPATÍVEIS COM INSTRUMENTAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
28.	30,00	EMB	123463 - CONE DE GUTA-PERCHA - CALIBRE 29 - FINO MICROTIPPED (FM) - 25MM CONES TERMOPLÁSTICOS DE GUTA-PERCHA ESTÉREIS, CALIBRE ISO 29, FORMATO FINO COM PONTA MICROTIPPED (FM), COMPRIMENTO 25MM, UTILIZADOS PARA OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. COMPATÍVEIS COM INSTRUMENTAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
29.	30,00	EMB	123465 - CONES DE GUTA-PERCHA - FINO MICROTIPPED (FM) - 31MM - CONES TERMOPLÁSTICOS DE GUTA-PERCHA ESTÉREIS, FORMATO FINO COM PONTA MICROTIPPED, COMPRIMENTO 31MM, UTILIZADOS PARA OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. COMPATÍVEIS COM INSTRUMENTAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
30.	30,00	EMB	123467 - CONES DE GUTA-PERCHA - FINO MICROTIPPED (M) - 31MM - CONES TERMOPLÁSTICOS DE GUTA-PERCHA ESTÉREIS, FORMATO FINO COM PONTA MICROTIPPED, COMPRIMENTO 31MM, UTILIZADOS PARA OBTURAÇÃO DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. COMPATÍVEIS COM

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			INSTRUMENTAÇÃO MANUAL E MECANIZADA. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
31.	150,00	UN	39754 - CUBA INOX PARA ASSEPSIA 150 ML 8X4 CM
32.	10,00	UN	32886 - CUBA ULTRASSONICA DISPLAY DE 2 DÍGITOS PARA TEMPO DE PROCESSO; CHAVE LIGA/DESLIGA; CHAVE DE ACIONAMENTO PARA AQUECIMENTO; POLICARBONATO; INDICADOR LUMINOSO; CONTROLE DE TEMPO DE TRABALHO POR LED CAPACIDADE MINIMA DE 6 LITROS POTÊNCIA: 160 WATTS; POTÊNCIA ULTRASSÔNICA: 240 WATTS / RMS; ALIMENTAÇÃO: BIVOLT. IMER 60 MINUTOS TEMPORIZADOR DIGITAL - AQUECIMENTO 35°C - FIXO - CONTROLADOR DIGITAL COM FUNÇÃO PAUSE - FREQUÊNCIA DE TRABALHO: 40KHZ - CICLO DE TRABALHO: AUTOMÁTICO CHAPA DE AÇO CARBONO SAE 1020; - TRATAMENTO ANTICORROSIVO;
33.	50,00	UN	123490 - DESCOLADOR FREER - INSTRUMENTO CIRÚRGICO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM LÂMINA DUPLA E BORDAS FINAS, UTILIZADO PARA DESCOLAR TECIDOS MOLES (GENGIVA, MUCOSA) E DESPRENDER PERIÓSTIO DURANTE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS CIRÚRGICOS. AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, PROPORCIONANDO PRECISÃO E CONTROLE NO MANEJO DE TECIDOS.
34.	100,00	UN	123488 - DESCOLADOR DE MOLT 2-4 EM AÇO INOXIDÁVEL CIRÚRGICO, PONTAS DUPLAS ARREDONDADAS E AFIADAS, AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO NA ANVISA
35.	100,00	UN	40202 - DISCO CARBORUNDUM ODONTOLÓGICO MARROM PARA PEÇA DE MÃO 38 X 0,6MM
36.	50,00	UN	123743 - ESPAÇADOR DIGITAL 25 MM VERDE C/ AZUL - INSTRUMENTO ODONTOLÓGICO ESTÉRIL OU AUTOCLAVÁVEL PARA MEDIÇÃO E AJUSTE DE ESPAÇO ENTRE DENTES DURANTE PROCEDIMENTOS RESTAURADORES E PROTÉTICOS. EMBALAGEM COM 1 UNIDADE, AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL.
37.	10,00	UN	123749 - ESPÁTULA FLEXÍVEL PARA CIMENTO ENDODÔNTICO - INSTRUMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL OU AÇO INOX COM PONTA FLEXÍVEL, UTILIZADO PARA MANIPULAÇÃO, APLICAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE CIMENTOS ENDODÔNTICOS EM CANAIS RADICULARES DURANTE TRATAMENTOS ENDODÔNTICOS. AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, PROPORCIONANDO PRECISÃO E CONTROLE NA APLICAÇÃO DO MATERIAL
38.	80,00	UN	123750 - ESPÁTULA PARA MANIPULAÇÃO DE IONÔMERO DE VIDRO (CIV) - ESPÁTULA ODONTOLÓGICA INDICADA PARA MANIPULAÇÃO DE CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO (CIV), CONFECCIONADA EM MATERIAL PLÁSTICO RESISTENTE, AUTOLAVÁVEL E NÃO REATIVO AO MATERIAL, EVITANDO INTERFERÊNCIA NA REAÇÃO QUÍMICA DO CIMENTO. POSSUI EXTREMIDADE PLANA E LISA, ADEQUADA PARA A MISTURA HOMOGÊNEA DO PÓ E LÍQUIDO EM BLOCO DE ESPECULAÇÃO OU PLACA APROPRIADA. CABO ANATÔMICO QUE PROPORCIONA FIRMEZA E CONTROLE DURANTE O MANUSEIO. INSTRUMENTO REUTILIZÁVEL, DE FÁCIL LIMPEZA E ADEQUADO AO USO CLÍNICO ODONTOLÓGICO.
39.	300,00	FR	123759 - EVIDENCIADOR PLACA SOLUÇÃO PARA BOCHECHO - FRASCO COM 500ML

40.	150,00	CX	51372 - FIO AGULHADO N° 5.0 CROMADO COM AGULHA DE 2 CM - CX C/24 ENV (CATGUT OU SIMILAR COM O MESMO PADRAO DE QUALIDADE)
41.	100,00	UN	123772 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO - CALIBRE #0 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO CALIBRE #0, MÉDIO, INDICADO PARA RETRAÇÃO GENGIVAL EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL SEGURO, FLEXÍVEL E RESISTENTE, PERMITINDO CONTROLE HEMOSTÁTICO E ACESSO PRECISO AO SULCO. PRODUTO DE USO PROFISSIONAL, ESTERILIZADO OU PRONTO PARA USO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL .
42.	100,00	UN	123775 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO - CALIBRE #00 - DESCRIÇÃO: FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO CALIBRE #00, FINO, PARA RETRAÇÃO GENGIVAL DURANTE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL FLEXÍVEL, RESISTENTE E SEGURO PARA TECIDOS GENGIVAIS, GARANTINDO CONTROLE HEMOSTÁTICO E VISIBILIDADE ADEQUADA DO SULCO. PRODUTO DE USO PROFISSIONAL, ESTERILIZADO OU PRONTO PARA USO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.
43.	100,00	UN	123776 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO - CALIBRE #000 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO CALIBRE #000, EXTRA FINO, PARA RETRAÇÃO GENGIVAL DURANTE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. MATERIAL FLEXÍVEL, RESISTENTE E SEGURO PARA TECIDOS GENGIVAIS, PERMITINDO CONTROLE HEMOSTÁTICO E MELHOR VISIBILIDADE DO SULCO. PRODUTO DE USO PROFISSIONAL, ESTERILIZADO OU PRONTO PARA USO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.
44.	100,00	UN	123777 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO - CALIBRE #1 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO CALIBRE #1, GROSSO, PARA RETRAÇÃO GENGIVAL DURANTE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. FABRICADO EM MATERIAL SEGURO E FLEXÍVEL, PROPORCIONANDO CONTROLE HEMOSTÁTICO E VISIBILIDADE DO SULCO. PRODUTO DE USO PROFISSIONAL, ESTERILIZADO OU PRONTO PARA USO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.
45.	100,00	UN	123778 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO - CALIBRE #2 - FIO RETRATOR ODONTOLÓGICO CALIBRE #2, EXTRA GROSSO, INDICADO PARA RETRAÇÃO GENGIVAL EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS QUE EXIGEM MAIOR CONTROLE DE TECIDO. MATERIAL FLEXÍVEL, RESISTENTE E SEGURO, PERMITINDO CONTROLE HEMOSTÁTICO E MELHOR VISIBILIDADE DO SULCO. PRODUTO DE USO PROFISSIONAL, ESTERILIZADO OU PRONTO PARA USO, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL.
46.	600,00	UN	123780 - GEL DE FLÚOR ODONTOLÓGICO - GEL ODONTOLÓGICO COM 2% DE FLÚOR (USO PROFISSIONAL), DESTINADO À PREVENÇÃO DE CÁRIES E REMINERALIZAÇÃO DO ESMALTE DENTÁRIO EM DENTES PERMANENTES E DECÍDUOS. PRODUTO PROFISSIONAL, SEGURO E PRONTO PARA USO, COM SABOR AGRADÁVEL (EX.: UVA) PARA FACILITAR A APLICAÇÃO EM CRIANÇAS. EMBALAGEM COM APLICADOR OU BICO DOSADOR, ADEQUADA PARA USO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, GARANTINDO DOSAGEM CONTROLADA E MANUSEIO SEGURO.
47.	160,00	UN	123790 - GEL QUÍMICO REMOVEDOR DE DENTINA CARIADA - GEL ODONTOLÓGICO UTILIZADO PARA REMOÇÃO SELETIVA DE DENTINA CARIADA EM PROCEDIMENTOS RESTAURADORES MINIMAMENTE INVASIVOS (ART). PROMOVE SUAVIDADE NO TRATAMENTO, REDUZ TRAUMA PULPAR E PRESERVA TECIDO SAUDÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL, PRONTA PARA USO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

48.	10,00	UN	123794 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 14
49.	10,00	UN	123797 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 200
50.	10,00	UN	123799 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 203
51.	10,00	UN	601 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 205
52.	10,00	UN	123800 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 207
53.	10,00	UN	13321 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL 209
54.	10,00	UN	28533 - GRAMPO ENDODONTICO INFANTIL N 26
55.	10,00	UN	123811 - GRAMPO ENDODONTICO N 14W
56.	10,00	UN	123812 - GRAMPO ENDODONTICO N 200
57.	10,00	UN	123813 - GRAMPO ENDODONTICO N 201
58.	10,00	UN	123814 - GRAMPO ENDODONTICO N 211
59.	10,00	UN	123815 - GRAMPO ENDODONTICO N 212
60.	10,00	UN	123816 - GRAMPO ENDODONTICO N 8A
61.	100,00	EMB	124003 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 10 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM GNATUS - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
62.	100,00	EMB	124002 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 10 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM SCHUSTER - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
63.	100,00	EMB	124004 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 10 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM ALT SONIC - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
64.	100,00	EMB	124006 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 10 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM KONDENTECH - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
65.	100,00	EMB	124007 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 15 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM SCHUSTER - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
66.	100,00	EMB	124008 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 15 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM GNATUS - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			UNIDADES.
67.	100,00	EMB	124009 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 20 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM SCHUSTER - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
68.	100,00	EMB	124010 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 20 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM GNATUS - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
69.	100,00	EMB	124011 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 20 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM ALT SONIC - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
70.	100,00	EMB	124012 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 20 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM KONDENTECH - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
71.	100,00	KIT	124014 - IONÔMERO DE VIDRO DE ALTA VISCOSIDADE PARA ART- CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, RESTAURAÇÃO, AUTOPOLIMERIZÁVEL, EROSÃO MÁXIMA: 0,17 MM, TEMPO DE PRESA MÁXIMO 5 MIN, CONJUNTO COMPLETO. DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: RESULTADOS COMPROVADOS PELA NORMA ISO 9917; PROPORÇÃO DE MISTURA PÓ/LÍQUIDO (PESO:PESO) SUPERIOR A 3,5:1; RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO MÍNIMA DE 160 MPA; MICRODUREZA KNOOP MÍNIMA DE 180KHN. CADA KIT DO MATERIAL RESTAURADOR DEVE CONTER: UM FRASCO DE PÓ MÍNIMO 5G, UM FRASCO DE LÍQUIDO COM QUANTIDADE COMPATÍVEL COM O QUANTITATIVO DE PÓ, FRASCO DO LÍQUIDO COMPOSTO POR ÁCIDOS ORGÂNICOS SOLÚVEIS EM ÁGUA, E MEDIDOR PÓ/LÍQUIDO; O CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO DEVE SER DO TIPO DE ALTA VISCOSIDADE, CONDENSÁVEL, QUIMICAMENTE ATIVADO, RADIOPACO, INDICADO PARA REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART). O PRODUTO DEVE SER RECONHECIDO NO MEIO CIENTIFICO E COM RESULTADOS FAVORÁVEIS ATRAVÉS DE ESTUDOS CLÍNICOS PUBLICADOS EM JORNAIS E REVISTAS DE CIRCULAÇÃO DO MEIO ACADÊMICO, NACIONAL E INTERNACIONAL. AS EMBALAGENS PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.
72.	100,00	KIT	124015 - JOGO DE ALAVANCAS APEXO: CONJUNTO COM 3 PEÇAS (RETA, DIREITA E ESQUERDA), EM AÇO INOX CIRÚRGICO, AUTOCLAVÁVEL. REGISTRO NA ANVISA
73.	10,00	EMB	35478 - JOGO DE MOLDEIRA INOX LIDO ADULTO DENTADA PARA MOLDAGEM ODONTOLÓGICA EMBALAGEM COM 6 PEÇAS (SUPERIOR 1, 2 E 3 ; INFERIOR 1, 2 E 3.)
74.	80,00	CX	124016 - LÂMINA DE BISTURI Nº 12: EM AÇO CARBONO OU AÇO INOX, EXTREMAMENTE AFIADA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. COMPATÍVEL COM CABO Nº 3. REGISTRO NA ANVISA. CAIXA COM 100 UNIDADES.
75.	200,00	CX	124017 - LÂMINA DE BISTURI Nº15 ESTÉRIL - LÂMINA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA QUALIDADE, AFIADA E

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			RESISTENTE À DEFORMAÇÃO, PROJETADA PARA INCISÕES PRECISAS EM TECIDOS MOLES EM PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS. COMPATÍVEL COM CABO DE BISTURI Nº3, AUTOCLAVÁVEL APENAS O CABO; USO ÚNICO, ESTERILIZADA POR EMBALAGEM INDIVIDUAL, ACONDICIONADA EM CAIXA COM 50 UNIDADES.
76.	80,00	UN	124019 - LIMA ENDODONTICA SERIE ESPECIAL N 10, 25MM
77.	30,00	EMB	124020 - LIMA ROTATÓRIA - 50/02 - LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA, ESTÉRIL, UTILIZADA PARA PREPARO FINAL E MODELAGEM DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. CALIBRE ISO 50/02, COMPATÍVEL COM MOTOR ENDODÔNTICO ROTATÓRIO. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
78.	30,00	EMB	124022 - LIMA ROTATÓRIA - 60/02 - LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA, ESTÉRIL, UTILIZADA PARA PREPARO FINAL E MODELAGEM DE CANAIS RADICULARES EM PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. CALIBRE ISO 60/02, COMPATÍVEL COM MOTOR ENDODÔNTICO ROTATÓRIO. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO.
79.	30,00	EMB	124023 - LIMA ROTATÓRIA - ORIFICE SHAPER 17/08 - 19MM - LIMA ENDODÔNTICA ROTATÓRIA, ESTÉRIL, UTILIZADA PARA ALARGAMENTO DO ÓSTIO (ENTRADA) DO CANAL RADICULAR E PREPARO INICIAL DO CANAL DURANTE PROCEDIMENTOS ENDODÔNTICOS. CALIBRE 17/08, COMPRIMENTO 19MM, COMPATÍVEL COM MOTOR ENDODÔNTICO ROTATÓRIO. EMBALAGEM COM 6 UNIDADES, ESTÉRIL, USO ÚNICO
80.	20,00	CX	11594 - LIMA ROTATÓRIA 30.05 25MM (TRATAMENTO TÉRMICO) CAIXA COM 04
81.	10,00	UN	124024 - MARTELO ODONTOLÓGICO - INSTRUMENTO CIRÚRGICO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABO ANATÔMICO, UTILIZADO EM CONJUNTO COM PERIOTOMOS E ALVÉOLOS DURANTE EXTRAÇÕES DENTÁRIAS, PERMITINDO APLICAÇÃO CONTROLADA DE FORÇA. AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL, ADEQUADO PARA PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS CIRÚRGICOS.
82.	500,00	EMB	18253 - PAPEL CARBONO PARA ARTICULAÇÃO EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE PAPÉIS CARBONO DUPLOS CADA; COR: VERMELHO/PRETO; DUPLA FACE;
83.	60,00	CX	124025 - PELÍCULA RADIOGRÁFICA ODONTOLÓGICA - ADULTO (TAMANHO 2) PELÍCULA INTRAORAL SENSÍVEL A RAIOS X, UTILIZADA PARA EXAMES PERIAPICAIS E BITEWING EM ADULTOS. GARANTIA DE ALTA NITIDEZ E CONTRASTE DAS ESTRUTURAS DENTÁRIAS. COMPATÍVEL COM PROCESSAMENTOS CONVENCIONAIS OU DIGITAIS INDIRETOS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, TAMANHO 2.
84.	60,00	CX	124027 - PELÍCULA RADIOGRÁFICA ODONTOLÓGICA - PEDIATRIA (TAMANHO 0) PELÍCULA INTRAORAL SENSÍVEL A RAIOS X, INDICADA PARA EXAMES PERIAPICAIS EM DENTES DECÍDUOS DE CRIANÇAS PEQUENAS. ALTA DEFINIÇÃO E CONTRASTE, COMPATÍVEL COM PROCESSAMENTOS CONVENCIONAIS OU DIGITAIS INDIRETOS. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, TAMANHO 0.
85.	10,00	UN	124028 - PERIOTOMO RETO MARTELÁVEL - INSTRUMENTO CIRÚRGICO EM AÇO INOXIDÁVEL, PONTA RETA, COMPATÍVEL COM MARTELO ODONTOLÓGICO, DESTINADO À LUXAÇÃO E AFASTAMENTO DE LIGAMENTO PERIODONTAL DURANTE EXTRAÇÕES DENTÁRIAS. AUTOCLAVÁVEL, REUTILIZÁVEL,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			PROPORCIONANDO PRECISÃO E CONTROLE NO PROCEDIMENTO CIRÚRGICO.
86.	60,00	UN	7335 - PINÇA PARA CALÁZIO MEDIA 25MM
87.	30,00	PCT	53736 - PLACA DE CRISTAL 02 MM PARA PLASTIFICADORA Á VACUO ONTONTOLÓGICA PACOTE COM 5 UNIDADES
88.	60,00	UN	4788 - PLACA DE VIDRO PARA ESPATULAÇAO DE 20 MM
89.	30,00	EMB	124029 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 25 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
90.	30,00	EMB	124030 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 30 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
91.	30,00	EMB	124031 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 35 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
92.	30,00	EMB	124032 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 40 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
93.	30,00	EMB	124033 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 45 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
94.	30,00	EMB	124034 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 50 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
95.	30,00	EMB	124035 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 55 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
96.	30,00	EMB	124036 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 60 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
97.	30,00	EMB	124037 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 70 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
98.	30,00	EMB	124038 - PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE PARA ENDODONTIA - Nº 80 - EMBALAGEM INDIVIDUAL COM 100 UNIDADES, USO ÚNICO, ESTÉRIL.
99.	200,00	UN	48114 - PORTA RESIDUOS ODONTOLÓGICOS EM AXO INOX EM AÇO INOX - 8X10CM
100.	150,00	UN	39181 - POTE DAPEN VIDRO CAPACIDADE 7ML
101.	30,00	UN	124178 - PUNCH PARA BIOPSIA TAMANHO 3 MM - LÂMINA CIRCULAR EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO ANATÔMICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. REGISTRO NA ANVISA
102.	30,00	UN	124179 - PUNCH PARA BIOPSIA TAMANHO 4 MM - LÂMINA CIRCULAR EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO ANATÔMICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. REGISTRO NA ANVISA
103.	300,00	RL	33244 - BOBINA DE PLÁSTICO FILME PVC TRANSPARENTE 28CM X 300M
104.	300,00	CX	12781 - SERINGA DESCARTÁVEL 5 ML, BICO DE LUER LOCK CAIXA COM 100

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

			UNIDADES
105.	50,00	CX	124868 - INDICADOR BIOLÓGICO: INDICADOR BIOLÓGICO AUTOCONTIDO PARA MONITORAMENTO DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, CONTENDO ESPOROS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILUS, COM POPULAÇÃO MÍNIMA DE 10 OU SUPERIOR, ACONDICIONADO EM SISTEMA FECHADO COM MEIO DE CULTURA INCORPORADO. DEVE APRESENTAR: SISTEMA DE ATIVAÇÃO SIMPLES E SEGURO LEITURA POR MUDANÇA DE COR CLARAMENTE VISÍVEL E INEQUÍVOCA TEMPO DE RESPOSTA MÁXIMO DE 24 HORAS (OU INFERIOR) PRESENÇA DE CONTROLE POSITIVO DO MESMO LOTE REQUISITOS: COMPATÍVEL COM INCUBADORAS DISPONÍVEIS NO MERCADO VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES REGISTRO NA ANVISA CAIXA COM 10 UNIDADES
106.	180,00	CX	124869 - INDICADOR QUÍMICO TIPO 5 (OU 6): INDICADOR QUÍMICO INTEGRADOR CLASSE 5 (OU EMULADOR CLASSE 6), PARA MONITORAMENTO DE PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, SENSÍVEL AOS PARÂMETROS CRÍTICOS DO PROCESSO (TEMPO, TEMPERATURA E PRESENÇA DE VAPOR SATURADO). DEVE POSSUIR: RESPOSTA GRADUADA COM ÁREA DE LEITURA DE FÁCIL INTERPRETAÇÃO MUDANÇA DE COR NÍTIDA E IRREVERSÍVEL COMPATIBILIDADE COM CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO PADRÃO (121°C E 134°C) NÃO LIBERAR RESÍDUOS OU MANCHAS NOS INSTRUMENTAIS REQUISITOS: REGISTRO NA ANVISA EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DE LOTE E VALIDADE CAIXA COM 100 UNIDADES
107.	500,00	UN	124870 - FITA AUTOCLAVE: FITA ADESIVA INDICADORA DE PROCESSO PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR, CLASSE 1, COM TINTA TERMOSSENSÍVEL QUE APRESENTE MUDANÇA DE COR APÓS EXPOSIÇÃO AO PROCESSO. DEVE APRESENTAR: BOA ADERÊNCIA EM DIFERENTES TIPOS DE EMBALAGEM RESISTÊNCIA AO CALOR SEM DESPRENDIMENTO MUDANÇA DE COR UNIFORME E VISÍVEL
108.	100,00	EMB	122564 - INSERTO ULTRASSÔNICO - PONTA PERIODONTAL Nº 15 - COMPATÍVEL COM ULTRASSOM KONDENTECH - PONTA EM AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL, UTILIZADA PARA REMOÇÃO DE CÁLCULO DENTAL E BIOFILME. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES.
109.	1.000,00	FR	2332 - ÁLCOOL ETÍLICO 70%, FRASCO COM 1000 MILILITROS ÁLCOOL ETÍLICO 70%, LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, VOLÁTIL E DE ODOR CARACTERÍSTICO, FRASCO COM 1000 MILILITROS
110.	180	CX	122641 – (COTA) ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% COM FENILEFRINA - CAIXA COM 50 UNIDADES - ANESTÉSICO CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% COM FENILEFRINA – CAIXA COM 50 UNIDADES RESERVA DE 20% PARA EMPRESAS ME E EPP – com critério de arredondamento para baixo caso origine valor quebrado.

Será destinado para o item 17 a cota de 20% da quantidade total do mesmo.

3.1. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

3.1.1 Para todos os itens será exigido o registro do produto, ou Declaração de Isenção do Registro, ou o cadastro do produto, ou a notificação simplificada, conforme o caso, emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou cópia legível da publicação no Diário Oficial da União do mesmo, onde consta a resolução e os dados do produto.

4. HABILITAÇÃO/ QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 Alvará sanitário, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com os arts. 2 e 51 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

4.2 Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE): As empresas licitantes deverão apresentar a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme os arts. 50 a 52 da Lei Federal nº 6.360/1976 e a RDC/ANVISA nº 16, de 1º de abril de 2014, e suas alterações, observadas as hipóteses de dispensa previstas na legislação vigente.

5. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO

5.1 Caso seja necessária a avaliação de qualquer item constante deste Termo de Referência, poderá ser solicitada a apresentação de amostra, mediante diligência, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021. O mesmo requisito aplicar-se-á à apresentação de laudos técnicos, quando exigidos – o prazo de apresentação das amostras será de 5 dias corridos.

5.2 Para os itens 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 24 a 26, 33, 37 a 39, 41 a 48, 62 a 72, 78 a 81, 84, 85, 102, 103, 106 e 107, poderá ser solicitada a apresentação de catálogo, ficha técnica, folder ou documento oficial do fabricante, em língua portuguesa ou acompanhado de tradução, contendo informações suficientes para a análise da conformidade do produto ofertado com as especificações exigidas.

5.3 A documentação deverá permitir a identificação do fabricante, marca, modelo ou referência comercial, quando aplicável, bem como a verificação das características técnicas, composição, dimensões, compatibilidade, desempenho e demais requisitos pertinentes ao item.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS / PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 Após o recebimento do objeto, o CONTRATANTE terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas e caso encontre divergência fará contato por e-mail.

6.1.2 Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação por escrito do CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente registrado;

6.1.3 Na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da notificação por escrito CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente registrado.

6.1.4 Quando, durante o prazo de garantia, os itens apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, a CONTRATADA deverá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.2 O **prazo de entrega** dos materiais deverá ser de 8 (oito) dias corridos contados da emissão da Ordem de Fornecimento em entrega de remessa única. Contudo as compras são realizadas de forma parcelada.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

7.2.2 Em caso de justificativa fundamentada por escrito, aceita formalmente pela CONTRATANTE, o prazo para entrega poderá ser dilatado.

6.2.1 No ato da entrega, as condições de embalagem e rotulagem (lote, validade, fabricante/importador) deverão estar em perfeitas condições.

6.3 **Local de entrega:**

O ato da entrega deverá ser efetuado pelo fornecedor SOMENTE para o servidor/almoxarifado (e jamais para terceiros) nos locais de entrega, respeitando SEMPRE o horário de funcionamento das instituições (Favor confirmar antes de entregar):

- A secretaria e seus setores irão receber as entregas de 7h30 as 11h e 13h as 16:30h.

Endereço: Rua Jose Máximo Ribeiro, nº 1333 – João XXIII (Almoxarifado ZAMED)

7 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. Todos os produtos deverão ser novos, sem uso, não recondicionados ou remanufaturados, respeitadas todas as normas vigentes de fabricação, estando sujeitos a devolução em caso de desatendimento.

7.2. A empresa vencedora obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo, de acordo com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a imediata substituição do mesmo, quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

7.2.1. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da Contratada para efetuar a substituição do mesmo

8. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

8.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias, conforme previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC), quando aplicável.

8.3. O transporte e armazenamento devem garantir condições adequadas de conservação, conforme as exigências de cada tipo de insumo (temperatura, umidade, proteção contra luz, entre outros).

8.4. Caso algum produto apresente problemas de qualidade, embalagem violada ou esteja fora dos padrões exigidos, a empresa deve substituí-lo sem custos adicionais e em prazo reduzido.

8.5. Efetuar a entrega dos bens **em perfeitas condições**, no prazo e locais indicados conforme a Autorização de Fornecimento, **em estrita observância das especificações do produto (item) trazidas no Termo de referência e edital, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia**, cumprindo desta forma, o objeto do certame de acordo com a qualidade exigida.

8.6. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português.

8.7. Comunicar à Secretaria Requisitante, no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas** que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MURIAÉ

9.1. Fornecer a orientação para a melhor execução do contrato, em especial a forma de fornecimento dos produtos.

9.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.

9.3. Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ele conferidas.

9.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.5. Exercer fiscalização e supervisão do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, podendo sustar, recusar o produto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste Termo;

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. As despesas decorrentes do contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

REDUZIDO	FONTE DE RECURSO	DOTAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA
757	16000000099	02.006.0010.0301.0037.2411. 3339030100000000000 - 16000000099
803	16210000099	02.006.0010.0302.0040.2138. 3339030100000000000 - 16210000099

Elemento: Material odontológico

10.2. O pagamento será efetuado pelo Município de Muriaé no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

11. FISCALIZAÇÃO

O Gestor da Ata é responsável pela promoção das medidas necessárias à fiel execução das condições contratualmente previstas que será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, para tomar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste. A entrega dos itens licitados será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município, através das Secretarias Municipais, a qual designara a servidora Marina Talita Morais de Andrade para atuar como fiscal responsável pela execução da presente Ata.

12. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O prazo de vigência da ata de registro de preços será definido conforme o disposto no caput do Art. 84 da Lei 14.133/2021, que estabelece que "o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso". O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) será utilizado, em caso de prorrogação, como índice de reajuste. Além disso, conforme o parágrafo único do mesmo artigo, "o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas".

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

13. GARANTIA PRODUTO

O período de garantia é aquele estabelecido na Lei n.° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

14. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

14.1. O valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

14.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, de acordo com a variação acumulada ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

15. SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, a contratada que:

15.1.1. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

15.1.2. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

15.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;

15.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justiçado;

15.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

15.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

15.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

15.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

15.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

15.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei Federal n. 12.846, de 1° de agosto de 2013.

15.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 12.041, de 16 de junho de 2023:

15.2.1. Advertência;

15.2.2. Multa;

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.4. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/2021 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços,

recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

15.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 12.041, de 16 de junho de 2023.

15.4.2. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.1333/2021.

15.4.3. O valor das multas aplicadas deverá seguir os percentuais estipulados, bem como ser executado na forma prevista no Decreto Municipal n° 12.041, de 16 de junho de 2023.

15.5. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 8º do Decreto Municipal n° 12.041, de 16 de junho de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V do caput do art. 9º do Decreto Municipal n° 12.041, de 16 de junho de 2023, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.7. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

15.8.A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.9.A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2021.

15.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16. MODELO DE GESTÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A ata de registro de preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo um documento vinculativo e obrigacional que caracteriza compromisso para futura contratação (Art. 6º, XLVI).

16.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designado(s), conforme o Art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a responsabilidade do órgão ou entidade gerenciadora (Art. 6º, XLVII).

16.2.1. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, sejam elas administrativas ou técnicas, determinando o que for necessário para regularizar falhas ou defeitos e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, conforme o Art. 117, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

16.2.2. O fiscal deverá verificar a conformidade dos itens entregues em relação ao que foi pactuado na ata, sem perda da qualidade, e comunicar à autoridade responsável para que esta promova adequações conforme necessário, respeitando os limites de alteração de valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com a documentação da contratada, que deve conter a relação detalhada dos itens, incluindo quantidades e especificações técnicas (Art. 6º, XLVI).

16.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Art. 117, §2º, Lei nº 14.133/2021).

16.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, conforme o Art. 115, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

16.4. O fornecedor será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, o objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução (Art. 119, Lei nº 14.133/2021).

16.5. O fornecedor será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e essa responsabilidade não será excluída ou reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo contratante (Art. 120, Lei nº 14.133/2021).

16.6. Somente o fornecedor será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Art. 121, caput, Lei nº 14.133/2021).

16.6.1. A inadimplência do fornecedor em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Art. 121, §1º, Lei nº 14.133/2021).

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1. É parte integrante do presente Termo de Referência o Gerenciamento de Riscos constante do Anexo I – GERENCIAMENTO DE RISCOS, o qual também integrará o Contrato Administrativo celebrado.

18. DA REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO PÚBLICO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Nos termos do art. 86, §1º da Lei 14.133/2021 c/c art. 8º, §3º do Decreto Municipal nº 12.335 de 10 de novembro de 2023, a realização do procedimento público de intenção de registro de preços é dispensável quando a Administração for a única contratante, firmando o entendimento de que a realização do aludido procedimento é uma discricionariedade do Poder Público. Dessa forma, considerando a incapacidade operacional deste órgão em eventualmente gerir uma ata de registro de preços com vários participantes, torna-se inviável a realização do procedimento público de IRP.

19. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à aquisição de de materiais e insumos odontológicos a serem utilizados nos Consultórios Odontológicos das Unidades de Saúde, no Município de Muriaé.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026
ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

À
Prefeitura Municipal de Muriaé
Setor de Licitação

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos produtos referente ao objeto da presente licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, nº 101/2026 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR):

Item	Código	Quant	Un	Descrição	Marca/ Modelo	V. Unitário	V. Total

O valor total proposto é de R$ _____ (por extenso)

Prazo de entrega: Conforme Termo de Referência

Local de Entrega: Conforme Termo de Referência

Horário de entrega: Conforme Termo de Referência

Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura (inclusive arquivo XML – Nota Fiscal Eletrônica) pela Contratada que deverá corresponder aos serviços prestados devidamente atestada pelo setor competente.

Validade da proposta: **60 dias corridos.**
OBS: No preço correspondente à Proposta Econômica estão contidos todos os custos, lucros e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, fretes, combustível, embalagens, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento do objeto deste Edital e seus Anexos.
OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO
DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:
Razão Social: CNPJ sob nº:
Endereço Completo: Fax:
Telefone: E-mail:
DADOS BANCÁRIOS:
As empresas licitantes poderão indicar os dados do representante legal ou sócio que será responsável pela assinatura do Contrato, contendo os seguintes dados: Nome Completo, Documento de Identidade e órgão expeditor, CPF, Endereço completo inclusive CEP, Profissão e Estado Civil.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2026

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

Empresa Proponente
Representante legal da empresa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO III

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - LICITANTE

Razão Social:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
ME/EPP: Sim	
Representante Legal:	RG:
Email:	CPF:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

Por meio do presente Termo, o Representante Legal do Licitante especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

1. São responsabilidades do Licitante:

I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;

II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;

III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras, dos quais declara ter pleno conhecimento;

IV. Designar Representante Legal como responsável perante a Bolsa Nacional de Compras; e

V. Pagar taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

2. O Licitante reconhece que a utilização do Sistema Eletrônico de Licitação implica no pagamento de taxas de utilização, conforme regras previstas no Anexo III do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

3. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo III do Regulamento.

4. O presente Termo de Adesão é válido por termo indeterminado, podendo ser rescindido ou revogado a qualquer tempo pelo Licitante, mediante comunicação expressa.

5. A rescisão do presente Termo não isenta o Licitante de quaisquer ônus devidos à BNC referentes ao seu período válido.

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO IV

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES:

6. Pela utilização dos produtos e serviços mencionados, a BNC apresenta os seguintes planos de cobrança:

	PLANO DE ADESÃO	**A:**	**R$ 98,10 única participação por instrumento convocatório.**
	PLANO DE ADESÃO	**B:**	**R$ 153,00 (mensal)**
	PLANO DE ADESÃO	**C:**	**R$ 432,00 (trimestral)**

7. A escolha dos planos se dá por ação do usuário no Sistema, na tela de Configurações de Plano e Cobrança, selecionando o plano desejado e confirmando a opção. O ação só pode ser realizada pelo usuário Representante Legal da empresa Licitante, após autenticação por login e senha previamente cadastrados.

8. O valores são apresentados pelo Sistema na tela de escolha dos planos. A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio, apresentando uma nova tabela de cobrança.

9. O não pagamento das cobranças mencionadas acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BNC, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.

10. Os planos B e C tem opção de renovação automática.

11. A liberação de acesso ao sistema se dará mediante:

I. Validação de documentação anexada ao sistema, com reconhecimento de firma ou assinatura digital do representante legal da empresa e procurações (se necessário);

II. Em caso de escolha de plano por período, deverá ser confirmado seu pagamento pela BNC. Esta verificação pode ser feita por meio do envio de comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br;

III. A liberação ocorrerá em até 24 horas;

IV. Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

V. A documentação exigida pela BNC é para fins de cadastro na plataforma e não aos processos licitatórios. .

Local e data: _____/_____ de _____ 20_____.

_____

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada na _____ (endereço completo), na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Muriaé, sob a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026, sendo a empresa neste ato representada pelo Sr. _____, CPF nº _____,

1 - Declaro, sob as penas da Lei que em cumprimento ao disposto na Lei Municipal Nº 5.446/2017 e suas posteriores alterações, não possuímos condenações em nome da empresa e nem de seus sócios em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrências, formação de quadrilha, ambientais, contra a vida, contra o patrimônio, lavagem de dinheiro, ou quaisquer outros crimes relacionados à malversação de recursos públicos.

2 - Declara, sob as penas da Lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

3 - DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4 - DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui em seu Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso VI ao art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021. Obs.: ( ) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

5 - DECLARA, sob as penas da Lei, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital e a fornecer produtos de qualidade, sob as penas da Lei.

6 - DECLARA, para os devidos fins licitatórios que NÃO possui impedimentos e vedações de participação e contratação pelos motivos dispostos no Art. 33 da Lei Orgânica Municipal e não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal n° 14.133/2021.

7 – DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

(__) Declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8 – DECLARA o cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9 – DECLARA, estar organizada em cooperativa **(se for o caso)**, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

10- DECLARA, sob as penalidades da lei e sob pena de desclassificação que, suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º, do inciso IV, do Art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021 e em outras normas específicas.

11- declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021). - O artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, obriga a apresentação dessa declaração.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO VI

MODELO: Declaração de Condição de ME ou EPP e cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2° DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

(inserir timbre da empresa)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)_____, portador do Documento de Identidade nº_____, inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do Parágrafo 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada Lei.

A - (__) Declaramos possuir restrição fiscal no (s) documento (s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, Parágrafo 1º da lei Complementar nº 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas em Lei.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

B - Em observância ao art. 4º da Lei Federal n° 14.133/2021, DECLARAMOS que estamos cientes da norma estabelecida na legislação vigente, atendemos e não extrapolamos a receita bruta máxima admitida, conforme o disposto no art. 4ºda referida Lei, conforme abaixo transcrito:

"Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

" Sem mais para o momento,

_____, _____ de _____ de 2026

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa)

Observação: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado, de forma que identifique a proponente.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2026

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ – MG

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

Aquisição de materiais e insumos odontológicos a serem utilizados nos Consultórios Odontológicos das Unidades de Saúde, no Município de Muriaé por intermédio de registro de preços.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

Da utilização da Ata de Registro de Preços (não participantes), sendo permitida a adesão, caso haja interesse, durante a sua vigência, EXCLUSIVAMENTE pelas autarquias DEMSUR, FUNDARTE, MURIAÉ PREV e pelo órgão CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ, nos termos do Decreto Municipal nº 12.335/2023:

apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços.

O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023; ou

Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

Por razão de interesse público;

A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023.

DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 3º, inc. XI, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 4º, inc. VIII, do Decreto Municipal nº 12.335, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Muriaé, data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 11/11/2026 14:02 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: https://c.ipm.com.br/pa6f795aa7b24f